

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	10
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	34
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	36
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	37
10.5 - Políticas contábeis críticas	38
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	41
10.8 - Plano de Negócios	42
10.9 - Outros fatores com influência relevante	44

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração aprovou, em 31 de julho de 2019, a Política de Gestão de Riscos da Companhia, disponível no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.unipar.com).

b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

As políticas e práticas adotadas pela Companhia buscam a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

i. riscos para os quais se busca proteção

Busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pelo plano estratégico da Companhia, relacionados no item 4.1 desse Formulário de Referência.

ii. instrumentos utilizados para proteção

Atualmente, a Companhia utiliza instrumentos de gestão de riscos de processos a fim de prevenir eventos e mitigar consequências à Segurança, Saúde, Meio Ambiente, para seus trabalhadores e público externo, bem como prevenção de impacto à propriedade ou continuidade dos negócios. A empresa adota boas práticas de gestão de riscos, atende aos mecanismos de prevenção e controle previstos na legislação local vigente e também conta com forte controle de treinamento e atualizações de seus procedimentos.

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Todas as áreas da Companhia participam ativamente do desenho dos processos e são responsáveis pelo registro e controle dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades da Companhia. Diretorias, Presidência, Comitês Internos (ex: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração e Fiscal monitoram a eficácia do sistema de controles internos da Companhia.

O ambiente de controles internos da Companhia contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus funcionários. Os processos são mapeados e gerenciados por sistema. Os riscos inerentes aos negócios/atividades e os respectivos controles para mitigá-los são revisados anualmente, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento dos objetivos. Mas devido a certas limitações, os controles internos podem não evitar ou detectar todos os erros.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia monitora os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, estando atenta às novas tecnologias e boas práticas de mercado em relação a controles internos e investimentos em seus sistemas a fim de aprimorá-los cada vez mais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

O Conselho de Administração aprovou, em 31 de julho de 2019, a Política de Gestão de Riscos da Companhia, disponível no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e no site de Relações com Investidores da Companhia (www.ri.unipar.com), na qual é apresentado, também, o gerenciamento de riscos de mercado.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

(i) Risco de Crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem principalmente em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

O risco de crédito de contas a receber de clientes é um risco de natureza financeira relacionado à possibilidade de a Companhia não receber de seus clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de produtos, ou de receber os pagamentos de tais crédito fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas pelos clientes da Unipar poderá gerar perdas para a Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do fluxo de caixa, afetando adversamente os negócios.

O risco de crédito de instituições financeiras decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência.

(ii) Risco de Liquidez

Entende-se risco de liquidez o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Incertezas no cenário político brasileiro provocam alta volatilidade nos mercados, impactando os resultados de curto prazo e a visibilidade quanto ao comportamento futuro da economia, impedindo a melhor utilização dos ativos e inibindo os investimentos. São vários pontos de preocupação que podem afetar o resultado da Companhia, tais como crescimento econômico, inflação, nível de renda e emprego, taxa de juros, câmbio, política fiscal, disponibilidade de mão de obra qualificada, infraestrutura deficiente, liquidez nos mercados domésticos de capitais e de empréstimos, elevação do custo de capital humano, entre outros. Além disso, as medidas do governo argentino com relação à economia, inclusive as decisões relativas à inflação, taxa de juros, controle de preços, controles cambiais e impostos, podem ter um efeito adverso significativo sobre o setor privado.

(iii) Risco com Taxa de Juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos captados no mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas as taxas de juros variáveis.

(iv) Risco com Taxa de Câmbio

A Companhia está suscetível à variação cambial em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

A estratégia de *hedge* da Companhia é buscar proteção aos impactos negativos das oscilações das principais variáveis de mercado, atrelando os indexadores dos ativos com os indexadores dos passivos.

Uma parcela relevante de nosso endividamento está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Sendo assim, para minimizar esta exposição, parcela relevante de nossas aplicações financeiras também é corrigida por esse índice, sendo que os financiamentos em 31 de dezembro de 2019 apresentavam um custo médio de 143% do CDI e as aplicações financeiras estavam sendo remuneradas em média a 107% do CDI.

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos nem contrata instrumentos financeiros derivativos com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia para proteção patrimonial são as aplicações financeiras e captações de empréstimos (curto e longo prazo), todas em condições normais de mercado adequando os indexadores do ativo com o passivo. A exposição líquida é monitorada pela área de Tesouraria da Companhia, sendo identificadas eventuais operações que possam oferecer risco ao seu patrimônio. A utilização de instrumentos derivativos deve ser submetida para aprovação da Diretoria e posterior aprovação pelo Conselho de Administração.

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A gestão dos riscos de mercado é realizada por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança para a Companhia, dentre as quais cabe citar o acompanhamento ativo do descasamento de taxas, moedas e prazos entre ativos e passivos e o monitoramento contínuo da nossa exposição aos principais índices financeiros atrelados ao nosso endividamento, comparando as condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia também realiza periodicamente análises de sensibilidade, que são estabelecidas com base em premissas com relação ao futuro, regularmente revisadas pela Administração, a fim de ilustrar as alterações das variáveis de mercado nos instrumentos financeiros.

Nesse acompanhamento periódico são examinadas entre outros, o fluxo de caixa, índices de alavancagem, impactos das variações de parâmetros comerciais (preços e velocidade de vendas) na rentabilidade, no fluxo de caixa e no custo de capital.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

As áreas Financeira, de Controladoria e Jurídica da Companhia analisam periodicamente os riscos de mercado e submetem tais análises para análise da Diretoria e do Conselho de Administração, os quais avaliam se as ações praticadas estão de acordo com as políticas adotadas.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Por meio de sua estrutura organizacional, a Diretoria e o Conselho de Administração monitoram e avaliam a adequação das operações da Companhia por meio da política de gestão de riscos. A Administração da Companhia entende que a estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade das suas políticas adotadas são suficientes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia possui um compromisso com os seus controles internos de modo a apresentar adequadamente o registro das suas transações, sua posição financeira e os resultados das suas operações.

Nossos diretores avaliaram a confiabilidade dos controles internos da Companhia referente aos processos internos e de preparação e elaboração das demonstrações financeiras, e acreditam que tais procedimentos são suficientes e eficientes para assegurar a sua qualidade, precisão e confiabilidade.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos divulgados a todo o grupo econômico, bem como em áreas dedicadas e ferramentas específicas para monitoramento de risco.

Todas as áreas que geram transações financeiras (ex.: vendas, custos, despesas, impostos, etc.) participam ativamente do desenho dos seus processos operacionais de registro e controle. A Diretoria, Presidência, Comitês Internos (ex: Comitê de Auditoria e Comitê de Ética), Conselhos de Administração, Auditoria Interna, Compliance, Financeiro, Controladoria e Fiscal são responsáveis pelo monitoramento e avaliação quanto à eficácia do sistema de controles internos da Companhia.

O ambiente de controle interno da Companhia contempla a segregação de funções, supervisão tempestiva, monitoramento e conduta ética de seus funcionários, sendo todos os processos mapeados. Ademais, os riscos inerentes aos negócios/atividades da Companhia e os respectivos controles para mitigá-los são revisados anualmente, possibilitando o conhecimento de eventuais vulnerabilidades e fatores que possam afetar ou influenciar negativamente a realização e atingimento de objetivos. Em caso de identificação de pontos de melhoria, a Companhia elabora planos de ação para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

Importante ressaltar que, em 2015, o Conselho de Administração da Companhia instituiu um Comitê de Auditoria (não estatutário) para administrar a relação da Companhia com a auditoria independente e observar a conformidade dos trabalhos realizados.

c. forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O controle interno da Companhia fornece confiabilidade à elaboração das informações e demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros, de modo que os sistemas fornecem confiabilidade somente até certo ponto em relação à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

A Administração está continuamente atenta às novas tecnologias, investimentos e boas práticas de mercado em relação a controles internos a fim de aprimorá-los cada vez mais.

Os relatórios sobre controles internos, emitidos pela área de auditoria interna, bem como pelo auditor independente, são apresentados pelos próprios auditores à Diretoria e esta aos integrantes do Conselho Fiscal da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presente no relatório do auditor independente

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

As recomendações dos auditores independentes para melhoria nos processos de controle interno são diligentemente analisadas pela Companhia quanto à aplicabilidade, a mitigação de riscos e a magnitude e probabilidade de ocorrência e o custo/benefício da implementação de novos processos e controles.

Durante a execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram identificadas três deficiências de controles que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes ((i) controle para captação de transação com partes relacionadas, (ii) formalização de processo de revisão de projeção financeira e (iii) revisão de acessos sistemas aplicativos SAP ECC e Salesforce e banco de dados) relativas à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia pelo auditor independente e não houve nenhuma deficiência grave (ou fraqueza material).

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os Diretores da Companhia analisaram e entenderam que as três deficiências significativas identificadas nos procedimentos e controles internos utilizados para elaboração das demonstrações financeiras da Companhia e consideraram que o potencial erro não distorce o entendimento das Demonstrações Financeiras. De qualquer forma, a Companhia tem trabalhado continuamente na melhoria destes processos e criados mecanismos de controle para evitar recorrência e os planos elaborados serão compartilhados com a auditoria independente para a garantia da evolução dos processos e cobertura dos riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Há uma área de auditoria interna formalmente estabelecida que é responsável pelos trabalhos relacionados a todos os processos da Companhia. O escopo abrange os processos financeiros, fiscais, produtivos, entre outros.

Também há projetos voltados especificamente para controles internos, melhoria de fluxos de informação operacional e gerencial, desenvolvimento e revisão de políticas e procedimento internos, segurança da informação, além de trabalhos de investigação interna.

Todos estes trabalhos são baseados em um Plano de Auditoria Anual que é submetido ao Comitê de Auditoria, Presidência e Conselho de Administração para validação e aprovação formal.

Adicionalmente, há uma matriz de riscos de auditoria, em que são utilizadas metodologias específicas de avaliação, cálculos e estatísticas para a definição das prioridades a serem auditadas.

Também há um Comitê de Auditoria estabelecido formalmente (não estatutário) e que trata os assuntos relacionados à temas contábeis, financeiros, fiscais, de controles internos e de auditoria, tanto interna quanto externa. Este Comitê é um órgão assessor do Conselho de Administração.

Ainda, a área de Compliance trata, operacionalmente de demandas relacionadas à conformidade e integridade da Companhia, devendo fazer o reporte ao Comitê de Ética para que possa deliberar sobre os temas.,

Há também auditorias trimestrais e anuais das demonstrações financeiras (ITR e Balanço) da Unipar com emissão de parecer dos auditores independentes, devidamente divulgadas e arquivadas na CVM.

Ainda, há um grupo na Companhia focado especificamente em demandas relacionadas à segurança da informação, gestão de perfis de acesso ao ERP (SAP), aplicação de políticas de segurança, permissões de acesso, campanhas de segurança da informação, entre outros.

Estes assuntos geralmente são tratados pela área de TI e Auditoria Interna em conjunto com o objetivo de executar atividades rotineiras de melhoria de controles internos e compliance.

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia desenvolveu documentos que são as bases principais para todos os projetos que necessitam desse tipo de análise, alinhados com as melhores práticas de mercado no que se refere à governança corporativa e controles internos que são o Código de Conduta, , Política de Responsabilidade Social, Política Anticorrupção, Política de Conflito de Interesses, Política Concorrencial e diversas políticas relacionadas à segurança da informação.

Há treinamentos formais e periódicos sobre o tema para todos os colaboradores até a presidência (não abrange conselhos).

Adicionalmente, a área de Compliance reporta ao Comitê de Ética formalmente instalado. O Comitê de Ética assessora o Conselho de Administração em assuntos de governança, compliance, ética e conduta.

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Não aplicável.

ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Área de Compliance da Unipar reporta funcionalmente ao CEO e, ainda reporta para o Comitê de Ética da Companhia para que este possa deliberar sobre os temas.

iii. código de ética ou de conduta

A Companhia desenvolveu documentos que são as bases principais para todos os projetos que necessitam desse tipo de análise, alinhados com as melhores práticas de mercado no que se refere à governança corporativa e controles internos que são o Código de Conduta, Política de Responsabilidade Social, Política Anticorrupção, Política de Conflito de Interesses, Política Concorrencial e diversas políticas relacionadas à segurança da informação.

Há treinamentos anuais para todos os colaboradores. De acordo com o Código de Conduta da Companhia, é de responsabilidade de cada colaborador o conhecimento das diretrizes expressas no Código e, qualquer violação a tais orientações resultará em medidas disciplinares apropriadas, tais como advertência verbal ou escrita, suspensão e demissão, que podem ser adotadas, de acordo com a gravidade da infração, para salvaguardar a reputação e imagem da Companhia e adotar a prática da ética.

O Código de Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2021. O Código pode ser acessado no site institucional da Companhia (www.unipar.com).

b. canal de denúncias

A Companhia conta com um canal de denúncias formal e independente que recebe todas as ocorrências que necessitam de tratamento e investigação. Esse canal funciona 24 horas, 7 dias por semana.

O canal de denúncias é um mecanismo de comunicação abrangente e confidencial que pode ser usado por colaboradores, fornecedores, clientes ou qualquer interessado para fazer uma denúncia, perguntas e levantar questões em relação ao Código de Conduta da Unipar, políticas da empresa, procedimentos ou comportamentos contrários à lei.

Importante salientar que esse Canal é gerido por uma empresa especializada e o denunciante não precisa se identificar. Há também um link em nossa página institucional para acesso a este Canal.

c. procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Em procedimentos de fusão, aquisição e reestruturações societárias, além do processo de auditoria para identificar os ativos e passivos da outra parte, bem como identificar os seus pontos de riscos, também é realizada uma *due diligence* de integridade, que possui um papel chave na determinação de condições precedentes ao fechamento de uma operação, uma vez que o resultado dessa *due diligence* tem o poder de influenciar o interesse da Companhia em prosseguir ou não com a operação.

A *due diligence* de integridade realizada por assessores externos contratados em conjunto com a área de Compliance da Companhia visa identificar aspectos relacionados: i) ao relacionamento existente entre a outra parte e seus colaboradores com autoridades, funcionários públicos, entidades públicas ou pessoas politicamente expostas; ii) ao Programa de Integridade da outra parte, incluindo suas práticas e riscos de Compliance envolvidos; iii) aos procedimentos de integridade e de prevenção de fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros; iv) análise das ocorrências registradas no sistema de denúncias internas para entender o contexto e principais riscos envolvidos para seu futuro tratamento; v) às entrevistas com executivos envolvidos na operação e outros colaboradores estratégicos na estrutura da empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**d. razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos, bem como não foi identificado um cenário de aumento ou redução na exposição da Companhia aos riscos mencionados na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes sobre este item.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras anuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins do inciso VIII do artigo 1º do Anexo III da Instrução nº 480, de 7 de dezembro 2009, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), conforme alterada (“Instrução CVM nº 480/2009”), incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela CVM e conforme as International Financial Reporting Standards (“IFRS”).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

a. Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria Executiva (“Diretoria”) entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Para acompanhamento das condições financeiras, a Companhia monitora sua *performance* operacional, seus *covenants*, e sua estrutura de capital com base, dentre outros, no indicador Dívida Líquida sobre o EBITDA e no índice de alavancagem financeira.

Segundo a CVM, o EBITDA (LAJIDA) corresponde ao resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, do resultado financeiro (despesas financeiras líquidas das receitas financeiras) e das depreciações, amortizações e exaustões. Esta definição de EBITDA encontra-se na Instrução CVM nº 527, de 5 de outubro de 2012 (“Instrução CVM nº 527/2012”).

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos com instituições financeiras (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo Patrimônio Líquido. Nas seções abaixo detalhamos o comportamento de cada um destes itens.

Em 2017, devido à incerteza da situação política e governamental no Brasil e Argentina, a Companhia realizou captação de financiamentos, líquida de amortizações, no valor de R\$ 245,8 milhões, que teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia, garantindo sua liquidez. Ao final do exercício, a alavancagem financeira consolidada era de 44%. O aumento da alavancagem foi impactado pelo pagamento dos dividendos (R\$ 387,4 milhões em 2017 versus

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ 23,8 milhões em 2016) e desinvestimento na Tecsis – Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. (“Tecsis”) (R\$ 110 milhões) da Controladora, compensados pela geração operacional de caixa (cerca de R\$ 422,3 milhões).

Em 2018, a Companhia realizou a emissão de R\$ 350,0 milhões em debêntures, com rating AA-, financiamento bancário de R\$ 111,8 milhões e recebeu a liberação de financiamento do BNDES de R\$ 17,3 milhões, sendo que, ao final de 2018, a alavancagem financeira era de 12% devido, principalmente, ao crescimento representativo de caixa e aplicações financeiras em relação a dezembro de 2017.

Em 2019, a Companhia realizou sua 5ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 201,0 milhões, como resultado de sua estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures, contratou financiamento bancário de R\$ 108,0 milhões, e recebeu liberação de financiamento do BNDES, no valor de R\$ 22,8 milhões, sendo que, ao final de 2019, a alavancagem financeira era de 11%. Em dezembro de 2019, o *rating* da Companhia e de suas 4ª e 5ª emissões de debêntures foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings.

Na tabela abaixo, é indicado o índice de alavancagem financeira. A dívida líquida consolidada ao final do último exercício (2019) somava R\$ 162,9 milhões, 2,1% inferior ao ano anterior, dado que, ao longo de 2019, houve amortização líquida de empréstimos de capital de giro e de debêntures no valor de R\$ 350,3 milhões, com redução de caixa/equivalente de caixa/aplicações financeiras de R\$ 346,8 milhões (-40,3%). A dívida líquida consolidada em 2018 era de R\$ 166,4 milhões, redução de 62,1% em relação a 2017, que era de R\$ 438,6 milhões, sendo tal redução afetada pelo aumento de saldo de caixa em relação a dezembro/2017 e compensado, parcialmente, pela 4ª emissão de debêntures pela Controladora, no valor de R\$ 350,0 milhões, em março de 2018 e pela contratação de financiamento bancário de R\$ 117,8 milhões, reduzindo, também o índice de alavancagem financeira de 44% para 11%.

Índice de alavancagem financeira - Consolidado

Índice de Alavancagem Financeira (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamentos	677.548	1.027.846	840.368
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	<i>301.525</i>	<i>201.542</i>	<i>78.559</i>
<i>Aplicações financeiras</i>	<i>213.158</i>	<i>659.939</i>	<i>323.243</i>
Dívida líquida	162.865	166.365	438.566
Patrimônio líquido ¹	1.473.053	1.347.520	990.925
Índice de alavancagem financeira	11%	12%	44%

¹ Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores.

Abaixo, o indicador dívida líquida/EBITDA tomando como base o EBITDA Consolidado calculado conforme a Instrução CVM nº 527/2012 e o EBITDA Ajustado da Controladora para monitoramento dos *covenants* da 2ª emissão de emissão de debêntures.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Dívida líquida/EBITDA - Consolidado**

Cálculo EBITDA (LAJIDA)		Em 31 de dezembro de		
Consolidado				
<i>(R\$ mil)</i>	2019	2018	2017	
Lucro Líquido	172.358	547.440	306.264	
(+) Imposto de renda e contribuição social	84.252	129.297	30.597	
(+) Resultado financeiro líquido	140.921	153.905	93.836	
(+) Depreciação e amortização	183.080	176.380	200.102	
EBITDA	580.611	1.007.022	630.799	
Dívida líquida Consolidada	162.865	166.365	438.566	
Dívida líquida/EBITDA	0,28x	0,17x	0,70x	

O EBITDA (calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012) em 2019 foi de R\$ 580,6 milhões, inferior em 42,3% em relação aos R\$ 1.007,0 milhões de 2018, decorrente, principalmente, da queda na receita e aumento dos preços dos insumos e matérias-primas. Em 2017, o EBITDA foi de R\$ 630,8 milhões, com crescimento de 59,6% entre 2017 e 2018 decorrente, principalmente, do aumento da receita, melhorias operacionais, impactos do ajuste final de preço de aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. e reversão de provisão de parte de valor provisionado de um empréstimo antigo.

Índices de liquidez - Consolidado

Índices de Liquidez		2018	2017	2016
Corrente	Ativo circulante / Passivo circulante	1,54	1,42	0,96
Geral	(Ativo circ. + Ativo realiz. a LP) / (Pass. circ. + Passivo não circ.)	0,68	0,70	0,53

Em 2019, o índice de liquidez corrente consolidado foi de 1,54 e o índice de liquidez geral foi de 0,68, em linha com o ano anterior. A variação entre os anos de 2017 e 2018 foi decorrente da emissão de debêntures em março/2018 e liberação de financiamento BNDES para a planta de Santo André.

b. Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital:

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia. A seguir é

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

demonstrada a composição do capital social e a gestão das estruturas que financiam as operações da Companhia.

As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras.

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado era representado por 101.680.741 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado era representado por 91.145.679 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 83.550.206 ações nominativas e escriturais sem valor nominal. As alterações no capital social ao longo dos períodos foram decorrentes de bonificações e cancelamento de ações em tesouraria.

Capital Social	2019	Part.	2018	Part.	2017	Part.
Ordinárias	35.252.274	35%	30.381.893	33%	27.850.069	33%
Preferenciais Classe “A”	2.812.040	3%	2.529.502	3%	2.590.710	3%
Preferenciais Classe “B”	63.616.427	62%	58.234.284	64%	53.109.427	64%
Capital Social Total	101.680.741	100%	91.145.679	100%	83.550.206	100%

Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira, conforme apresentado no item 10.1.a acima.

A tabela abaixo demonstra a evolução da estrutura de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Estrutura de Capital- Consolidado	2019	AV	2018	AV	2017	AV
Passivo exigível – capital de terceiros	2.235.598	60%	2.596.688	64%	2.393.546	69%
Patrimônio líquido – capital próprio	1.473.053	40%	1.445.942	36%	1.072.831	31%
Exigível / PL	1,50	-	1,80	-	2,31	-
Total do passivo – capital total	3.708.653	100%	4.042.632	100%	3.466.377	100%

c. Comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Considerando o perfil do endividamento da Companhia, sua posição de liquidez e a tendência de geração de caixa consistente apresentada pelos negócios de soda, cloro, derivados de cloro e policloreto de vinila (“PVC”), entendemos que a Companhia tem condições de honrar os compromissos financeiros atualmente assumidos, cumprindo com suas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

obrigações presentes e futuras e aproveitando oportunidades comerciais à medida que estas venham a surgir.

As fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e da capacidade de tomar empréstimos no mercado. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender às suas atuais necessidades, incluindo capital de giro, capital para investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos consolidados das contas caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foram, respectivamente, de R\$ 301,5 milhões e de R\$ 213,2 milhões, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 201,5 milhões e de R\$ 659,9 milhões, e em 31 de dezembro de 2017 esses saldos foram de, respectivamente, R\$ 78,6 milhões e R\$ 323,2 milhões.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por meio de vendas a uma ampla base de clientes, com avaliação continuada do crédito e, quando necessário, obtenção de garantias pessoais/corporativas, como, por exemplo, seguro de crédito, carta de crédito, fiança bancária, dentre outras.

Ademais, a Companhia contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual, historicamente, vem se mostrando suficiente para cobrir as perdas com títulos incobráveis.

No tocante à compra de insumos e demais pagamentos relacionados à sua operação, a Companhia busca, sempre que possível, alinhar os prazos de pagamentos aos fornecedores com os recebimentos de seus clientes e, quando necessário, a Companhia também utiliza operações de financiamento para reforço de caixa e para garantir o pagamento de suas obrigações.

d. Comentários dos Diretores sobre fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

As necessidades de financiamento para capital de giro e para investimentos da Companhia têm sido supridas por meio da geração de caixa operacional e captações de contratos financeiros de curto e longo prazos.

Em fevereiro de 2015, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 25,7 milhões, para modernização da planta em Cubatão, garantida por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Controladora, cujos valores foram liberados em julho de 2015 (R\$ 12,8 milhões), em agosto de 2016 (R\$ 3,9 milhões) e em setembro de 2017 (R\$ 3,3 milhões).

Com a aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C., a Companhia assumiu, por meio de suas controladas, um débito com terceiros no montante de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre a qual incide encargos de 3% a.a. Tal dívida será amortizada em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

No ano de 2017, devido à incerteza da situação política e governamental no Brasil e Argentina, a Companhia realizou captação de financiamentos, líquida de amortizações, no valor de R\$ 245,8 milhões, que teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia, garantindo sua liquidez.

Em 2018, a Companhia realizou emissão de R\$ 350,0 milhões em debêntures, com rating AA-(bra) / Fitch Ratings, financiamento bancário de R\$ 111,8 milhões e firmou contrato de financiamento com o BNDES para modernização da planta de PVC a unidade de Santo André (Unipar Indupa do Brasil S.A.), no montante total de R\$ 63,5 milhões,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dos quais R\$ 22,8 milhões foram liberados em 2019 e R\$ 17,3 milhões liberados em 2018.

Em junho de 2019, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures no valor de R\$ 201,0 milhões, compondo a estratégia de substituição da 1ª série da 4ª emissão de debêntures para aumento do prazo médio e redução do custo do endividamento, de modo que seu rating foi elevado para AA(bra) / Fitch Ratings em dezembro de 2019.

e. Comentários dos Diretores sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia não tem expectativa de deficiências de liquidez, haja vista os prazos dos seus ciclos financeiro e operacional e as captações realizadas nos últimos anos.

A Companhia mantém também linhas de créditos com bancos para financiar eventuais necessidades de capital de giro, investimentos em ativos não-circulantes de curto e longo prazo e manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que a Administração da Companhia acredita ser apropriado para o desenvolvimento de suas atividades.

f. Comentários dos Diretores sobre os níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Conforme mencionado anteriormente, a Administração da Companhia possui estratégias e controle severo sobre os níveis de endividamento líquido do grupo, fundamental para o sucesso do planejamento estratégico e para perpetuidade e sucesso dos seus negócios. Com base nas estratégias e no plano de negócio, a Companhia entende que possui uma estrutura de endividamento adequada, devidamente segregada entre curto e longo prazo, que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento ao plano de investimentos da Companhia. Adicionalmente, as diversas linhas de créditos com bancos não possuem qualquer tipo de concentração ou dependência com instituições financeiras.

A Companhia encerrou os anos de 2019, 2018 e 2017 com saldos de capital de terceiros consolidados de R\$ 2,2 bilhões, R\$ 2,6 bilhões e R\$ 2,4 bilhões, respectivamente. Destes montantes, os empréstimos e financiamentos brutos consolidados representavam R\$ 677,5 milhões, R\$ 1.027,8 milhões e R\$ 840,4 milhões, respectivamente.

Endividamento total - Consolidado

Endividamento total (R\$ mil)	Em 31 de dezembro de					
	2019	AV	2018	AV	2017	AV
Passivo circulante	782.357	35%	1.129.665	44%	1.151.821	48%
Empréstimos e financiamentos	177.566	8%	477.918	18%	437.279	18%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros	604.791	27%	651.747	26%	714.542	30%
Passivo não circulante	1.450.521	65%	1.467.023	56%	1.241.725	52%
Empréstimos e financiamentos	499.982	22%	549.928	21%	403.089	17%
Outros	950.539	43%	917.095	35%	838.636	35%
Passivo total	2.232.878	100%	2.596.688	100%	2.393.546	100%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Abaixo, a abertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)	Moeda	Indexador ¹	Saldo em 31 de dezembro de		
			2019	2018	2017
BNDES	R\$	TJLP + 1,40% a.a.	14.433	21.237	9.169
BNDES	R\$	IPCA + 2,14% a.a.	24.570	10.037	-
BNDES	R\$	TJLP + 1,87% a.a.	16.832	7.308	-
BNDES	R\$	SELIC + 2,36% a.a.	4.856	7.200	9.226
BNDES	R\$	TJLP + 2,23% a.a.	3.962	6.206	11.873
BNDES	R\$	2,56% a.a.	-	-	2.020
Capital de giro	USD	6,25% a.a.	4.019	29.996	59.422
Capital de giro	AR\$	65,08% a.a.	-	10.895	19.447
Capital de giro	AR\$	56,00%	6.147	9.086	-
Capital de giro	AR\$	51,39%	-	59	-
Capital de giro	AR\$	23,27% a.a.	-	-	16.179
Capital de giro	AR\$	22,65% a.a.	-	-	11.871
Capital de giro longo prazo	AR\$	23,56% a.a.	-	-	101
Capital de giro	R\$	CDI + 1,25% a.a.	108.047	-	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 2,50% a.a.	-	112.923	-
Cédula de crédito bancário	R\$	CDI + 3,62% a.a.	-	74.625	148.605
Cédula de crédito bancário	R\$	8,10% a.a.	-	46.177	40.072
Compror	R\$	8,23% a.a.	-	23.592	29.657
Debêntures - 2ª emissão	R\$	CDI + 2,00% a.a.	50.010	151.872	252.554
Debêntures - 3ª emissão	R\$	CDI + 3,50% a.a.	-	51.862	103.355
Debêntures - 4ª emissão	R\$	CDI + 2,15% a.a.	155.805	356.058	-
Debêntures - 5ª emissão	R\$	CDI + 1,25% a.a.	200.335	-	-
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 2,50% a.a.	49.734	49.902	49.743
Nota de crédito a exportação	R\$	CDI + 3,65% a.a.	-	9.308	27.543
Notas promissórias	R\$	CDI + 2,50% a.a.	38.798	49.531	-
Total			677.548	1.027.847	840.368

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

¹ Indexadores referentes ao último período apresentado

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Em 31 de dezembro de 2019, exceto pelas relações decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no subitem (i) acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia:

A Companhia esclarece que não há qualquer grau de subordinação entre as suas dívidas bancárias contraídas durante os três últimos exercícios sociais, exceto por aquelas dívidas com garantia real, as quais gozam de preferência sobre outras dívidas em caso de falência, até o limite da garantia real constituída. O modo de pagamento de cada uma das dívidas deverá observar a data de vencimento estabelecida em cada instrumento contratual, independentemente do pagamento das demais dívidas.

Em 31 de dezembro de 2019, a totalidade do saldo dos financiamentos da Controladora junto ao BNDES para modernização da planta da unidade de Cubatão equivale a R\$ 8,8 milhões (R\$ 13,4 milhões em 2018) e é garantida por terrenos, edificações e equipamentos da Controladora, sendo os únicos financiamentos contratados com garantia real. Para a planta da unidade de Santo André, o saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 23,4 milhões (R\$ 38,6 milhões em 2018).

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

A Companhia assumiu certos compromissos (*covenants*) relacionados a contratos de financiamentos, estabelecendo obrigações quanto à manutenção de índices financeiros, como demonstrado na tabela abaixo. Esses compromissos são usuais em operações de mesma natureza e não limitam a capacidade de condução dos negócios da Companhia. Abaixo está apresentado o resumo das garantias e dos *covenants* consolidados das linhas de financiamento da Companhia.

Abertura das garantias e dos *covenants* dos contratos de empréstimos e financiamentos consolidados:

¹ EBITDA conforme 1º aditamento ao instrumento particular de escritura da 2ª emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, da Companhia, de 15 de junho de 2016, que exclui também os efeitos de (i) baixas de itens do ativo imobilizado; (ii) baixas de investimento; (iii) unidades operacionais descontinuadas; (iv) provisões para processos judiciais e/ou suas reversões; e o (v) resultado de equivalência patrimonial. E será apurado com base nos últimos 12 (doze) meses dos resultados individuais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

² EBITDA, conforme o instrumento particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia, de 10 de julho de 2017, bem como conforme a cártula da 2ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia e instrumento de escritura particular da 4ª emissão das debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da Companhia, de 22 de março de 2018, corresponde ao lucro operacional consolidado da Companhia adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações; e excluindo-se (a) receitas não operacionais; e (b) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

A não observância dos indicadores relacionados na coluna *covenants* acarreta o vencimento antecipado da dívida. Até o presente momento, a Companhia está adimplente com os compromissos assumidos em seus contratos.

Em 2019, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,28x e o indicador dívida líquida/EBITDA ajustado 12 meses para atendimento a 2ª emissão das debêntures foi 0,44x conforme demonstrado anteriormente no item 10.1.a acima. Em 2018, o indicador dívida líquida/EBITDA da Companhia foi de 0,17x e o indicador dívida líquida/EBITDA ajustado 12 meses para atendimento a 2ª emissão das debêntures foi de 0,27x.

g. Comentários dos Diretores sobre os limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados:

ENDIVIDAMENTO	Indexador	Saldo em 31/12/2019 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
BNDES	TJLP + 1,40% a.a.	14.433	Fiança bancária	Sem covenants financeiros
BNDES	IPCA + 2,14% a.a.	24.570	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
BNDES	TJLP + 1,87% a.a.	16.832	Aval da Companhia	Sem covenants financeiros
BNDES	SELIC + 2,36% a.a.	4.856	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente $\geq 0,8$; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
BNDES	TJLP + 2,23% a.a.	3.962	Hipoteca da unidade industrial	Liquidez Corrente $\geq 0,8$; Dívida Líquida /EBITDA máx = 3x
Debêntures 2ª emissão	CDI + 2,00% a.a.	50.010	Cessão fiduciária de dividendos devidos pela Companhia aos sócios: Vila Velha, Frank Geyer	(i) Dívida líquida/EBITDA ¹ máximo: em 2014: 4x; em 2015: 3,75x; em 2016: 3,5x e a partir de 2017: 3,25x; (ii) EBITDA ^{1/} resultado financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ENDIVIDAMENTO	Indexador	Saldo em 31/12/2019 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
			Abubakir e Maria S. de Sampaio Geyer, caso atinja o valor de: a partir de 2015 3,25x quando do cálculo de dívida líquida /EBITDA ¹	líquido: (mínimo de 2x); (iii) Capex e/ou novos investimentos máximo anual de R\$ 100 milhões, enquanto o índice dívida líquida/EBITDA ¹ for superior a 3,5x.
Debêntures 4ª emissão	CDI + 2,15% a.a.	155.805	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$100.000.000,00 enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Debêntures 5ª emissão	CDI + 1,25% a.a	200.335	-	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$100.000.000,00 enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 2,50% a.a.	49.734	Sem garantia	Não assumir, sem prévia anuência do credor, novas dívidas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$15.000.000,00,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ENDIVIDAMENTO	Indexador	Saldo em 31/12/2019 (R\$ mil)	Garantias	Covenants Financeiros
				excetuados os empréstimos destinados ao atendimento aos negócios de gestão ordinária e à liquidação de dívidas existentes, ou, ainda, os financiamentos, contratados diretamente ao, ou com recursos provenientes do BNDES.
Notas Promissórias Comerciais 2ª emissão	CDI + 2,50% a.a.	38.798	Sem garantia	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$100.000.000,00 enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.
Notas Promissórias Comerciais 2ª emissão	CDI + 2,50% a.a.	38.798	Sem garantia	(a) Dívida Líquida/EBITDA ² menor ou igual a 2,50x; (i) Restrição para distribuição de dividendos, limitado ao percentual mínimo legal, caso o índice de Dívida Líquida/EBITDA seja maior ou igual a 2,0x; (ii) Capex e/ou novos investimentos limitado ao volume máximo anual de R\$100.000.000,00 enquanto o índice Dívida Líquida/EBITDA for superior a 2,0x. (b) EBITDA/Resultado Financeiro Líquido maior ou igual a 2,00x.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um saldo ainda não utilizado/liberado de cerca de R\$ 28,2 milhões, referentes aos contratos de financiamentos já contratados com o BNDES.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h. Comentários dos Diretores sobre as alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Demonstrações de Resultado (R\$ mil)	Consolidado							
	2019	AV	2018	AV	2017	AV	AH 2019 x 2018	AH 2018 x 2017
Receita operacional líquida	3.048.730	100%	3.469.133	100%	3.019.592	100%	-12%	15%
Custo dos produtos vendidos – CPV	(2.231.876)	73%	(2.209.155)	64%	(2.114.627)	70%	1%	4%
Lucro bruto	816.854	27%	1.259.978	36%	904.965	30%	-35%	39%
<i>Margem bruta</i>	27%	-	36%	-	30%	-	-	-
Despesas com vendas	(153.097)	5%	(151.203)	4%	(175.040)	6%	1%	14%
Despesas gerais e administrativas	(280.737)	9%	(247.578)	7%	(198.119)	7%	13%	25%
Resultado com desinvestimento Tecsís	-	-	-	-	(27.033)	1%	-	-
Resultado de equivalência patrimonial/Combinação de Negócios	(6.507)	-	941	-	1.668	-	-	44%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21.018	1%	(31.496)	1%	(75.744)	3%	-	58%
Lucro antes do resultado financeiro	397.531	13%	830.642	24%	430.697	14%	-52%	93%
Resultado financeiro líquido	(140.921)	5%	(153.905)	4%	(93.836)	3%	-8%	64%
Lucro antes do IR e CS	256.610	8%	676.737	20%	336.861	11%	-62%	101%
Provisão para IR e CS	(84.252)	3%	(129.297)	4%	(30.597)	1%	-35%	323%
Lucro (prejuízo) líquido	172.358	6%	547.440	16%	306.264	10%	-69%	79%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida consolidada, em 2019, foi de R\$3.048,7 milhões, redução de 12% em relação a 2018, sendo tal variação decorrente, principalmente, da queda relevante nos preços médios de venda da soda cáustica, nos volumes comercializados, bem como na menor utilização da capacidade das plantas de PVC e seu efeito negativo no preço. Em 2018, a receita líquida consolidada foi de R\$ 3.469,1 milhões (+15%), variação decorrente, principalmente, do aumento dos preços médios de venda, refletindo o comportamento do preço da soda no mercado internacional, além do efeito do crescimento da taxa média do câmbio.

Custo dos produtos vendidos - CPV

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 2.231,9 milhões em 2019, apresentando aumento de 1,0% em relação a 2018. O aumento do preço dos insumos e matérias-primas, alavancado, também, pela desvalorização do real frente ao dólar americano, foi o principal responsável pelo crescimento no CPV no ano de 2019, parcialmente compensado pela reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no 2º semestre de 2018, devido à uniformização de critérios e sistemas. Em 2018, o CPV consolidado foi de R\$ 2.209,1 milhões (+4%), sendo tal variação influenciada pelo aumento nos preços dos insumos e matérias-primas, principalmente do etileno, gás natural e sal.

Lucro bruto e margem bruta

Em 2019, o lucro bruto consolidado foi de R\$ 816,9 milhões, com uma margem bruta de 27%, sendo tal redução de 35% em relação a 2018 decorrente, principalmente, da queda da receita. Em 2018, o lucro bruto foi de R\$ 1.260,0 milhões, representando aumento de 39% em relação a 2017, decorrente de um crescimento da receita superior ao crescimento do CPV.

Despesas com vendas

As despesas com vendas somaram R\$ 153,1 milhões em 2019 (+1%), em função, principalmente, da utilização da tabela nacional de frete divulgada pela ANTT. Em 2018, as despesas com vendas foram de R\$ 151,2 milhões (-14%), reflexo do menor volume de vendas na unidade de Cubatão.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 280,7 milhões em 2019 (+13%), sendo tal aumento resultante, sobretudo, da reclassificação de custos alocados no CPV para despesas gerais e administrativas na Unipar Indupa no Brasil no montante de R\$30,8 milhões. Em 2018, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 247,6 milhões (+25%). Tal variação foi resultante, principalmente, do incremento da amortização da mais valia, decorrente da revisão da estimativa de vida útil dos bens da controlada Unipar Indupa S.A.I.C., que gerou uma despesa de R\$ 29,0 milhões em 2018, bônus atrelados a superação da meta EBITDA da Companhia e incentivos culturais com benefício fiscal.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas registrou uma receita de R\$ 21,0 milhões em 2019, decorrente de provisão constituída para demandas judiciais ativas em 2019 e realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes em 2018. Em 2018, a despesa foi de R\$ 31,5 milhões (-69%), devido, principalmente, à receita referente ao ajuste de preço de aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. de R\$ 48,9 milhões no ITR 1T18, reversão de provisão de empréstimo antigo com acordo homologado no ITR 3T18, no valor de R\$ 23,0 milhões e provisão para reestruturação constituída no início de 2017 para consolidação da Unipar Indupa S.A.I.C., sem correspondência em 2018, parcialmente compensado pela constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 46,3 milhões de clientes, em especial, na Argentina.

Resultado de equivalência patrimonial

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado de equivalência patrimonial consolidado foi negativo em R\$ 6,5 milhões em 2019, referente ao resultado da participação na empresa de energia Solalban Energía S.A., cujo resultado em 2018 foi de R\$ 0,9 milhão positivo.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 140,9 milhões em 2019 (-8,4%) devido, principalmente, ao impacto da desvalorização do câmbio na dívida com terceiros, cujo efeito foi parcialmente compensado pelo efeito da aplicação do IAS 29 referente à hiperinflação na Argentina. Em 2018, o resultado foi de R\$ 153,9 milhões negativos (+64%), sendo tal variação explicada, principalmente, pela variação cambial sobre débitos com terceiros. Esta exposição em moeda estrangeira é controlada pela Companhia, que tem grande parte da sua receita atrelada à mesma moeda, absorvendo assim impactos negativos sobre este débito. Estas despesas financeiras foram parcialmente compensadas pela receita do efeito de aplicação da hiperinflação na Argentina.

Provisão para IR e CS

Exceto quanto à equivalência patrimonial, que não gera efeitos de Imposto de Renda (“IR”) e Contribuição Social (“CS”), todos os demais fatores listados anteriormente contribuem para explicar a variação na despesa de IR e CS especialmente o lucro. Adicionalmente, há o impacto das constituições de créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em 2019, a provisão para IR e CS foi de R\$ 84,3 milhões e, em 2018, foi de R\$ 129,3 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

Ativo (R\$ mil)	Consolidado						AH 2019	AH 2018
	2019	AV	2018	AV	2017	AV	x 2018	x 2017
Circulante	1.207.780	32%	1.600.103	39%	1.109.867	32%	-25%	44%
Caixa e equivalentes de caixa	301.525	8%	201.542	5%	78.559	2%	50%	157%
Aplicações financeiras	213.158	6%	659.939	16%	323.243	9%	-68%	104%
Contas a receber de clientes	381.822	10%	449.321	11%	459.758	13%	-15%	-2%
Impostos a recuperar	48.858	1%	65.201	2%	48.701	1%	-25%	34%
Estoques	209.591	6%	198.621	5%	180.668	5%	6%	10%
Despesa antecipada	2.479	-	2.018	-	1.663	0%	23%	21%
Outros ativos circulantes	50.347	1%	23.461	1%	17.275	0%	115%	366%
Não circulante	2.511.041	68%	2.442.527	60%	2.356.510	68%	3%	4%
Ativo Realizável a Longo Prazo	306.504	8%	223.849	6%	157.426	5%	37%	42%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo (R\$ mil)	Consolidado						AH 2019	AH 2018
	2019	AV	2018	AV	2017	AV	x 2018	x 2017
Impostos a recuperar	11.318	-	15.848	-	21.675	1%	-29%	-27%
Estoques	52.923	1%	43.819	1%	40.812	1%	21%	7%
Depósitos Judiciais	47.305	1%	41.436	1%	43.164	1%	14%	-4%
IR e CS diferidos	172.339	5%	100.123	2%	19.773	1%	72%	406%
Outros ativos não circulantes	22.619	1%	22.623	1%	32.002	1%	-	-29%
Investimentos	13.325	-	12.594	-	21.817	1%	6%	-42%
Imobilizado	1.890.717	51%	1.906.835	47%	1.860.682	54%	-1%	2%
Intangível	300.495	8%	299.249	7%	286.585	8%	-	4%
Total do ativo	3.718.821	100%	4.042.630	100%	3.466.377	100%	-8%	17%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do ativo e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Ativo circulante***Caixa e equivalentes de caixa***

Em 2019, a conta de caixa e equivalentes de caixa somou R\$ 301,5 milhões dada a geração de caixa da Companhia. Em 2018, era de R\$ 201,5 milhões, devido à geração de caixa da Companhia e reforço de caixa através de emissão de debêntures. Em 2017, a conta de caixa e equivalentes de caixa consolidado foi de R\$ 78,6 milhões.

Aplicações financeiras

Em 2019, as aplicações financeiras somaram R\$ 213,2 milhões (R\$ 127,3 milhões em cotas de fundos de investimentos e R\$ 85,9 milhões em certificados de depósitos bancários). Em 2018, as aplicações financeiras somaram R\$ 659,9 milhões (R\$ 599,3 milhões investimentos cotas de fundos, R\$ 58,6 milhões em certificados de depósitos bancários e R\$ 2 milhões em outros tipos de aplicações). Em 2017, o saldo de aplicações financeiras consolidado foi de R\$ 323,2 milhões (R\$ 311,2 de investimentos em cotas de fundos, R\$ 10 milhões em certificados de depósitos bancários da Controladora e R\$ 2 milhões em outros tipos de aplicações).

Contas a receber de clientes e estoques

Em 2019, o saldo de contas a receber era de R\$ 381,8 milhões e o saldo de estoque de R\$ 209,6 milhões. Em 2018, o saldo de contas a receber era de R\$ 449,3 milhões e o saldo de estoque atingiu R\$ 198,6 milhões. Em 2017, o saldo de contas a receber de clientes consolidado foi de R\$ 459,8 milhões e o de estoque consolidado foi de R\$ 180,7 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impostos a recuperar

Em 2019, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 48,9 milhões, sendo que, em 2018, o saldo de impostos a recuperar era de R\$ 65,2 milhões. Tal redução ocorreu devido, principalmente, pela compensação do imposto de renda e outros impostos em controlada. Em 2017, o saldo de impostos a recuperar consolidado foi de R\$ 48,7 milhões.

Outros ativos circulantes

Em 2019, o saldo de outros ativos circulantes consolidados foi de R\$ 50,3 milhões e de R\$ 23,6 milhões em 2018, dentro dos quais estão incluídos adiantamento a fornecedores e colaboradores e seguros. Em 2017, o saldo de outros ativos circulantes consolidados ficou em R\$ 17,3 milhões.

Ativo não circulante

Estoques

Em 2019, saldo de estoque era de R\$ 52,9 milhões, aumento em relação ao estoque de R\$ 43,8 milhões em 2018.

Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 2019, o saldo de impostos e contribuição diferidos era de R\$ 172,3 milhões, sendo que, em 2018, o esse mesmo saldo era de R\$ 100,1 milhões, oriundo de controlada da Companhia.

Investimentos

A conta de investimentos consolidado se refere à controlada indireta da Companhia Solalban Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Em 2019 registrou R\$ 13,3 milhões, em 2018, R\$ 12,6 milhões e, em 2017, R\$ 21,8 milhões.

Imobilizado

Em 2019, o saldo da conta de imobilizado consolidado era de R\$ 1.890,7 milhões, enquanto que, em 2018, era de R\$ 1,906,8 milhões. Em 2017, o saldo de conta de imobilizado consolidado foi de R\$ 1,9 bilhão, mantendo-se no patamar em 2018.

Intangível

Em 2019, o intangível estava contabilizado em R\$ 300,5 milhões e, em 2018, em patamares próximos registrando R\$ 299,2 milhões. Em 2017, saldo consolidado foi de R\$ 287 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do passivo e do patrimônio líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Passivo circulante

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado						AH 2019	AH 2018
	2019	AV	2018	AV	2017	AV	x 2018	x 2017
Circulante	785.077	21%	1.129.665	28%	1.151.821	33%	-31%	-
Fornecedores	182.468	5%	193.972	5%	212.142	6%	-6%	-9%
Empréstimos	177.566	5%	477.918	12%	437.279	13%	-63%	9%
Salários e encargos	63.002	2%	89.780	2%	96.850	3%	-30%	-7%
Imposto de renda e contrib. social	40.476	1%	57.572	1%	7.903	-	-30%	628%
Outros impostos e contrib. a pagar	32.822	1%	30.182	1%	32.040	1%	9%	-6%
Dividendos a pagar	54.437	1%	38.720	1%	100.148	3%	41%	-61%
Demandas Judiciais	-	-	-	-	329	-	-	-
Energia Elétrica	174.180	5%	181.562	4%	186.253	5%	-4%	-3%
Débito com terceiros	300	-	199	-	170	-	51%	17%
Passivo ambiental	13.542	-	4.522	-	17.889	1%	199%	-75%
Outros passivos circulantes	46.284	1%	55.238	1%	60.818	2%	-16%	-9%
Não circulante	1.450.521	39%	1.467.023	36%	1.241.725	36%	-1%	18%
Empréstimos	499.982	13%	549.928	13%	403.089	12%	-9%	36%
Salários e encargos sociais	4.315	-	2.498	-	-	-	73%	-
Imposto de renda e contrib. social	-	-	386	-	4.089	-	-	-91%
Imposto de renda e contrib. social dif	296.628	8%	273.968	7%	207.127	6%	8%	32%
Obrigações com benef. empregados	50.250	1%	43.200	1%	44.522	1%	16%	-3%
Demandas Judiciais	41.392	1%	49.410	1%	105.360	3%	-16%	-53%
Passivo ambiental	6.566	-	17.346	-	24.878	1%	-62%	-30%
Débito com terceiros	551.388	15%	530.287	13%	452.660	13%	4%	17%
Total do passivo	2.235.598	60%	2.596.688	64%	2.393.546	69%	-14%	9%
Patrimônio líquido	1.483.223	40%	1.445.942	35%	1.072.831	31%	3%	33%
Capital social	699.002	19%	474.415	12%	384.331	11%	47%	23%
Ações em tesouraria	(101.459)	-3%	(33.221)	1%	(14.879)	0%	205%	123%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	Consolidado						AH 2019	AH 2018
	2019	AV	2018	AV	2017	AV	x 2018	x 2017
Reserva de lucros	736.249	20%	872.230	22%	579.807	17%	-16%	50%
Outros resultados abrangentes	139.261	4%	34.096	1%	41.666	1%	308%	-18%
Participação dos acionistas não controladores	10.170	-	98.422	2%	81.906	2%	-90%	20%
Total do passivo e patrimônio líquido	3.718.821	100%	4.042.630	100%	3.466.377	100%	-8%	17%

A seguir, são apresentados os comentários das linhas de maior representatividade do passivo e do patrimônio líquido e que tenham apresentado variações relevantes na comparação entre os exercícios.

Passivo circulante***Fornecedores***

Em 2019, o saldo de fornecedores era de R\$ 182,5 milhões, enquanto que, em 2018, este saldo foi de R\$ 194,0 milhões. Em 2017, o saldo de fornecedores consolidado foi de R\$ 212,1 milhões.

Empréstimos

Os empréstimos e financiamento de curto prazo somavam R\$ 177,6 milhões em 2019 e R\$ 477,9 milhões em 2018, com redução de 63% devido à amortização de empréstimos de capital de giro e debêntures ao longo de 2019. Em 2017, o saldo era de R\$ 437,3 milhões. O aumento de 9% entre 2017 e 2018 foi devido a novas captações.

Salários e encargos

Em 2019, o saldo de salários e encargos era de R\$ 63,0 milhões, enquanto que, em 2018, era de R\$ 89,8 milhões, sendo tal redução proveniente da provisão de salários e encargos. Em 2017, o saldo de salários e encargos consolidado foi de R\$ 96,9 milhões.

Obrigações Fiscais**Imposto de renda e contribuição social**

Em 2019, o saldo de imposto e contribuição social era de R\$ 40,5 milhões, enquanto que, em 2018, era de 57,6 milhões e, em 2017, de R\$ 7,9 milhões. Em 2017, o saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar consolidado foi de R\$ 7,9 milhões.

Outros impostos e contribuições a pagar

Em 2019, o saldo de outros impostos e contribuições a pagar era de R\$ 32,8 milhões, em linha com o saldo em 2018

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

que era de R\$ 30,2 milhões e, também, o saldo em 2017 de R\$ 32,0 milhões.

Dividendos a pagar

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não efetuou nenhum pagamento de juros sobre o capital próprio.

Para o exercício de 2019, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 41,2 milhões, os quais foram deliberados através de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de abril de 2020, nos termos e forma autorizados pelo artigo 2º da Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020, e pagos a partir de 22 de abril de 2020.

Em 2018, houve uma deliberação de dividendos intermediários antecipado relativos ao exercício de 2018, de R\$ 100,0 milhões e uma deliberação de dividendos adicionais de lucros a realizar de exercícios anteriores no montante de R\$ 20,5 milhões. Para o exercício de 2018, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 125,4 milhões, dos quais R\$ 100,0 milhões foram pagos em outubro de 2018 e o restante, em abril de 2019.

Em 2017, houve uma deliberação de dividendos intermediários no montante de R\$ 363 milhões, quando, também, foi apurado um dividendo mínimo obrigatório de aproximadamente R\$ 72 milhões, que foi adicionado à realização da reserva de lucros a realizar, no montante aproximado de R\$ 19 milhões, gerando dividendos da ordem de R\$ 91 milhões a pagar no exercício de 2018. Saldo de dividendos a pagar de exercícios anteriores de cerca de R\$ 9 milhões.

Energia elétrica

Em 2015, o saldo a pagar de energia elétrica da Controladora foi de R\$ 41 milhões, no qual houve um acréscimo no valor aproximado de R\$ 29 milhões. A publicação inicial dos valores da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), relativos ao período de agosto de 2015 a julho de 2016, indicava alta majoração destes encargos, o que levou a Companhia e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança do encargo com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No início do terceiro trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia provisiona integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetua os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar.

Em 2016, o saldo a pagar de energia elétrica consolidada foi de R\$ 167,7 milhões, constituída de R\$ 84 milhões pela Controladora, referente provisionamento integral dos valores estipulados conforme liminar da ABRACE, e R\$ 84 milhões por parte das Controladas. Em 2017, o saldo a pagar de energia elétrica consolidada foi de R\$ 186,3 milhões, constituída de R\$ 107 milhões pela Controladora, referente provisionamento integral dos valores estipulados conforme liminar da ABRACE até o agosto de 2017, e R\$ 79 milhões por parte das Controladas. Em 2018, o saldo a pagar de energia elétrica era de R\$ 181,6 milhões, sendo R\$ 126,2 milhões referente ao provisionamento integral dos valores estipulados conforme liminar da ABRACE.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2019, os respectivos processos continuam em discussão. Não há discussões sobre os valores da CDE relativas aos períodos posteriores a agosto de 2017.

Débitos com terceiros

Em 2019, conforme apontado no item 10.1.c, o débito com terceiros consolidado corresponde a parte da dívida da Controlada com Solvay Vinyls Holding AG no curto prazo no valor de R\$ 300 mil referente a pagamento de juros. Em 2018, o saldo era de R\$ 199 mil e de R\$ 170 mil em 2017.

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado em 2019 era de R\$ 13,5 milhões, aumento representativo em relação aos R\$ 4,5 milhões em 2018 devido à transferência entre curto e longo prazo. Em 2017, o saldo de passivo ambiental consolidado foi de R\$ 17,9 milhões.

Outros passivos

O saldo de outros passivos circulantes era de R\$ 46,3 milhões em 2019 e de R\$ 55,2 milhões em 2018. Em 2017, o saldo de outros passivos consolidados foi de R\$ 60,8 milhões. Tais saldos são compostos, principalmente, por despesas alfandegárias, provisões de fretes e adiantamentos de clientes.

Passivo não circulante***Empréstimos e financiamentos***

Em 2019, os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados somaram R\$ 150,0 milhões, enquanto que, em 2018, eram de R\$ 549,9 milhões. A variação foi decorrente da transferência de longo prazo para curto prazo de alguns financiamentos. Em 2017, os empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidados somavam R\$ 403,1 milhões, sendo que o crescimento de 2018 em relação a 2017 foi decorrente de recursos captados através de empréstimos e financiamentos destinados para capital de giro e beneficiaram o alongamento nos prazos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 2019, 2018 e 2017, as principais movimentações desta rubrica foram a constituição de créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores, créditos de diferenças temporárias relacionadas a contingências, acréscimo dos saldos de impostos diferidos passivos, inerentes à diferença de taxas de depreciação contábil e fiscal e utilização dos créditos fiscais relacionados à incorporação da Controlada Unipar Indupa S.A.I.C. Os saldos em 2019, 2018 e 2017 foram de R\$ 296,6 milhões, R\$274,0 milhões e R\$ 207,1 milhões, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Obrigações com benefícios de aposentadoria***

Em 2019, o saldo da conta de obrigações com benefícios aos empregados era de R\$ 50,3 milhões e, em 2018, de R\$ 43,2 milhões, enquanto que, em 2017, o saldo da conta de obrigações com benefícios de empregados consolidado foi de R\$ 44,5 milhões.

Demandas judiciais

Em 2019, o saldo de demandas judiciais consolidado era de R\$ 41,4 milhões, enquanto que, em 2018, era de R\$ 49,4 milhões. Em 2017, o saldo da conta de demandas judiciais consolidado foi de R\$ 105,4 milhões.

Débitos com terceiros

Em 2019, o débito consolidado corresponde a dívida da Controlada com a Solvay Vinyls Holding AG, conforme explicado no item 10.1.c, o qual no longo prazo era de R\$ 551,4 milhões. Em 2018, era de R\$ 530,3 milhões e, em 2017, de R\$ 453 milhões. As alterações nos saldos são decorrentes das variações cambiais, dado que o débito com terceiros é em moeda estrangeira (dólar americano) no valor total de US\$ 136 milhões com a Solvay Vinyls Holding AG, sobre a qual incide encargos de 3% a.a. com amortização em cinco parcelas anuais de US\$ 27,2 milhões e vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

Passivo ambiental

O saldo de passivo ambiental consolidado, em 2019, era de R\$ 6,6 milhões e de R\$ 17,3 milhões em 2018, sendo tal variação decorrente da transferência de saldos do longo para o curto prazo. Em 2017, o saldo de passivo ambiental consolidado foi de R\$ 24,9 milhões.

FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de Caixa (R\$ mil)	Consolidado				
	2019	2018	2017	AH 2019 x 2018	AH 2018 x 2017
Caixa líquido nas atividades operacionais	454.991	892.266	430.482	-49%	111%
Caixa líquido nas atividades de investimento	253.982	(536.321)	(475.149)	-	12%
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(716.828)	(235.681)	(251.185)	204%	-6%
Efeito da var. cambial sobre caixa e equiv. de caixa	107.838	2.719	(8.935)	3.866%	59%
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	99.983	122.983	(304.787)	-19%	-140%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Atividades operacionais***

Em 2019, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais consolidado foi de R\$ 455,0 milhões, enquanto que, em 2018, foi de R\$ 892,3 milhões, sendo tal redução resultante de queda na receita e preço de venda dos produtos da Unipar. Em 2017, as atividades operacionais consolidadas geraram um caixa de R\$ 430,5 milhões. A variação entre os anos 2017 e 2018 foi resultante do melhor desempenho operacional em 2018.

Atividades de investimentos

Em 2019, o caixa líquido gerado nas atividades de investimento foi de R\$ 254,0 milhões devido, principalmente, às aplicações financeiras líquidas de resgate no período, enquanto que, em 2018 e 2017, foram aplicados R\$ 536,3 milhões e R\$ 475,1 milhões, respectivamente.

Atividades de financiamento

Em 2019, R\$ 716,8 milhões foram aplicados nas atividades de financiamento devido à amortização de empréstimos e debêntures, pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos e recompra de ações de própria emissão. Em 2018, o desembolso foi de R\$ 235,7 milhões e, em 2017, o caixa líquido nas atividades de financiamento foi um desembolso de R\$ 251,2 milhões. Os desembolsos de menor valor nos anos de 2018 e 2017 em comparação com 2019 são explicados pelo pagamento de dividendos nos períodos, compensado pela captação de empréstimos/financiamentos nestes exercícios.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a. Comentários dos Diretores sobre os resultados das operações da Companhia:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A Companhia tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica, e é acionista controlador da Unipar Indupa S.A.I.C., empresa argentina produtora de PVC e soda cáustica na Argentina e no Brasil, sendo a sua receita composta por PVC e soda cáustica.

A tabela abaixo apresenta a receita operacional líquida consolidada da Companhia para os períodos indicados:

Receita Líquida (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019		2018		2017	
	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida
Produção de soda, cloro e PVC	3.048.730	100,0%	3.469.133	100,0%	3.019.592	100,0%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia nos últimos três exercícios sociais estão descritos no item 10.1 desse Formulário de Referência.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

A receita da Companhia é decorrente da condição oferta-demanda, basicamente, no mercado interno, responsável pela quase totalidade do destino de vendas.

Apesar de, em algumas situações, ser possível repassar efeitos de inflação aos preços de venda, não há uma indexação preponderante e direta dos preços de venda a índices de inflação.

Parte da receita é atrelada ao dólar americano e também leva em conta a cotação no mercado internacional da soda cáustica.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

O resultado das operações pode ser afetado pela inflação, dado que, mesmo que nossas receitas não estejam indexadas

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

diretamente aos índices de inflação (IGP-M, INPC, IPC-A etc.), os custos operacionais tendem a acompanhar tais índices.

Em relação à exposição cambial, é válido destacar a influência do Etileno, item primordial no processo de produção de EDC, produto utilizado na produção do PVC, que tem referência em moeda estrangeira. Sendo assim, pode haver variação nos preços desta matéria-prima em virtude de oscilações de moeda estrangeira. A Companhia possui uma estratégia defensiva de gerenciamento de risco de variação cambial, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia.

Com relação à exposição a taxas de juros, grande parte da dívida da Companhia está indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme demonstrado no item 10.1 acima. Neste sentido, variações positivas ou negativas nesta taxa podem afetar o resultado financeiro de forma significativa, conforme descrito no item 4.2 do Formulário de Referência da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em continuidade ao processo de aquisição em etapas, a Unipar lançou uma segunda oferta pública para aquisição de até a totalidade das demais ações representativas, em circulação, do capital da Unipar Indupa S.A.I.C com finalidade de cancelamento do registro de companhia aberta ("OPA"). A operação foi aprovada pela Comissão Nacional de Valores ("CNV"), iniciada em 14 de agosto de 2019 e finalizada em 30 de dezembro de 2019. Com adesão à oferta e aquisições no mercado, a OPA resultou em uma aquisição total de 44.200.801 ações ordinárias representativas de 10,68% do capital. O valor pago aos acionistas, decorrentes da OPA, foi efetuado em 29 de novembro de 2019, ao preço de AR\$ 25,01 (pesos argentinos) por ação. Com o resultado das etapas de aquisição a Companhia passou a deter um total de 407.823.544 ações do total de 414.283.186 ações, o que representa um percentual de participação de 98,4% (87,7% em 31 de dezembro de 2018) do capital votante da controlada.

c. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases presentes no parecer do auditor nos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente e o grau de revisão depende da natureza das transações e do cenário econômico.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de sofrer ajustes relevantes quando os resultados reais forem conhecidos são apresentadas abaixo:

Tributos

Os tributos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Pode haver casos em que as normas fiscais não são suficientemente claras em relação à sua aplicação. Adicionalmente, o resultado de julgamentos em tribunais superiores pode criar jurisprudência que difira do tratamento tributário atualmente adotado pela Companhia. Também há a possibilidade de as próprias autoridades fiscais emitirem orientações posteriores que esclareçam a aplicação de alguns tributos. Entre outras, estas são situações que podem levar a Companhia a alterar suas estimativas em relação ao pagamento de tributos.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Mudanças nas condições de mercado, a descoberta de outras técnicas de avaliação ou até mesmo o surgimento de instrumentos similares cotados em mercados ativos podem alterar as estimativas atualmente calculadas pela Companhia.

Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários, que levam ao provisionamento de futuros desembolsos. Para determinar os valores justos destes benefícios e dos ativos que possam cobri-los, a Companhia utiliza premissas atuariais, tais como taxas de mortalidade, invalidez, rotatividade, etc., e premissas financeiras, tais como taxas de inflação futura, taxas de desconto, etc.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria / desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia, na medida em que impacta o valor dos custos de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada, níveis de manutenção, desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

Provisões para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais e administrativos que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

Impairment de ativos não financeiros

A determinação do valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada em métodos de fluxo de caixa descontado, bem como às projeções de fluxos de caixa futuros esperados. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Os principais ativos não financeiros sujeitos à avaliação de *impairment* são os ativos imobilizado e intangível (incluindo ágios).

Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração, indicando o reconhecimento adicional de ativo fiscal diferido. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade destes créditos.

Passivo Ambiental (recuperação ambiental)

A Companhia e suas Controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais. Em cumprimento às suas políticas internas sobre as questões ambientais, a Companhia se utiliza de especialistas para desenvolver estudos necessários para este fim.

A política contábil sobre este assunto é constituir um passivo quando este for possível de ser medido com certa razoabilidade. As características dos riscos envolvidos exigem estudos detalhados e a conclusão destes estudos é essencial para se estimar adequadamente os valores a serem desembolsados.

As controladas Unipar Indupa do Brasil S.A e Unipar Indupa S.A.I.C. têm custos estimados de recuperação ambiental em áreas específicas e continuam investigando outras áreas em suas plantas, para identificar, caso existam, danos ambientais causados por suas operações, conforme previsto no item 4.3 do Formulário de Referência da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)****i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

iv. Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. Natureza e o propósito da operação**
- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O atual programa de investimentos contempla basicamente a implantação de projetos voltados para a continuidade operacional e manutenção das instalações fabris, além das ações focadas na manutenção e aperfeiçoamento dos padrões de segurança operacional, preservação ambiental e saúde ocupacional.

Não há planos formais, aprovados por órgãos da Administração, definindo ações específicas que prevejam investimentos ou desinvestimentos relevantes na Controladora. Encontra-se, atualmente, em análise pela Companhia, o projeto de troca do processo de produção via células de mercúrio por células de membrana, principalmente no tocante ao montante de investimento necessário e data do início da operação.

Em novembro/2019, a Companhia divulgou a projeção de investimento (Capex) a ser dispendido para a construção de parque eólico no Nordeste, em parceria com AES Tietê Energia S.A., no montante total de R\$ 620,0 milhões, na qual a Companhia possui 50% de participação..

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A responsabilidade de identificação e escolha das fontes de financiamento a custos atrativos é uma atribuição da administração da Companhia. Na presente data, as principais fontes de financiamento da Companhia são geração de caixa operacional, capital do acionista e capital de terceiros por meio de financiamentos bancários e mercado de capitais.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui plano de negócios, tampouco desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Através de um processo de oferta pública de aquisição obrigatória iniciada no primeiro trimestre de 2017, a Companhia adquiriu um total de 115.264.052 ações representativas de 27,85% do capital social da Unipar Indupa S.A.I.C., passando a deter, a partir de 30 de dezembro de 2019, 98,4% da totalidade das ações.

Em sua operação na Argentina, a Unipar Indupa S.A.I.C possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca, com capacidade instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda. A empresa também é detentora de 58% do capital social total da Solalbán Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Unipar Indupa S.A.I.C também detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Unipar Indupa do Brasil S.A., proprietária de uma planta em Santo André – SP, com capacidade de produção de 300 mil toneladas de PVC e 180 mil toneladas de soda.

Além das informações já divulgadas sobre investimentos, não há informações complementares a divulgar.

c. Novos produtos e serviços:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia esclarece que não possui despesas com publicidade, patrocínios e convênios relevantes.